

ANÁLISE DE CLASSE E RESISTÊNCIA NEGRA EM *BLACK JACOBINS* E *REBELIÕES DA SENZALA*

Jörg Nowak*

Este texto aborda as obras de dois autores que analisam a resistência das populações escravizadas nas Américas: C. L. R. James, acerca da Revolução Haitiana; e Clóvis Moura, acerca das revoltas e dos movimentos políticos das populações escravizadas no Brasil. O artigo mostra como ambos os autores descrevem as estratégias e alianças que os trabalhadores escravizados empregam e como suas análises diferem de acordo com a formação específica de cada país. As análises de James e Moura permitem traçar diferentes formas de como classe e raça são articuladas e se constituem como aspetos estruturais do capitalismo, e, ainda, como isso ocorre em âmbito nacional e internacional.

PALAVRAS-CHAVE: Classe. Raça. Escravidão. Brasil. Haiti.

Este texto se debruça sobre dois livros que analisam a resistência das populações escravizadas nas Américas, *Black Jacobins*, de Cyril Lionel Robert (C. L. R.) James, publicado em 1938; e *Rebeliões da Senzala*, de Clóvis Moura, publicado em 1959; além do último capítulo do livro *Sociologia do Negro Brasileiro*, de 1988, do mesmo autor. Abordo essas obras com duas perguntas em mente: como os autores analisam as estruturas de classe de São Domingos (Haiti) e do Brasil, e como caracterizam a base social das revoltas das populações escravizadas, ou seja, quais grupos foram decisivos na organização dos movimentos de resistência?

Ligadas a essas duas questões aparentemente inocentes, estão questões mais complexas sobre o papel da escravidão para o capitalismo emergente, os trabalhadores escravizados enquanto parte da classe trabalhadora. Vários autores afirmam que a escravidão não era própria do modo de produção capitalis-

ta (Nesbitt, 2022), mas que, apesar disso, foi funcional em um determinado período do capitalismo. Outros autores afirmam que os trabalhadores escravizados e a escravidão foram e são partes essenciais do modo de produção capitalista, mas com diferentes papéis e significados em diferentes períodos do capitalismo (Robinson, 2023; Wallerstein, 1974). Outro problema complexo é a questão de como raça e classe são articuladas: é a classe a primeira forma de dominação universal ou a raça e a forma de estruturação dominante? Em outras palavras, até que ponto a diferenciação racial é simplesmente funcional para o domínio do capital, ou uma forma de expressão e organização da dominação de classe? Ou, ainda, o racismo excede essa funcionalidade e tem uma lógica própria?

As obras de James e Moura são peças fundamentais para o debate sobre as formas de organização e resistência das populações negras nas Américas, mas nunca tinham sido comparadas sistematicamente, talvez devido às barreiras à recepção da obra de Moura fora de países lusófonos. A literatura sobre James é vasta, e a obra do autor foi amplamente lida e comentada

* Universidade de Brasília (UnB). Instituto de Relações Internacionais.
Campus Universitário Darcy Ribeiro Prédio do Ipol/Irel s/n - Asa Norte. Cep: 70904-970. Brasília – Distrito Federal – Brasil. joerg.nowak@gmx.de
<https://orcid.org/0000-0002-3213-4252>

no Brasil (Correa, 2022; Marcussi, 2018; Mata; Domingues, 2021; Nascimento, 2002; Silva, 2008; Zanin, 2020), incluindo comparações com a obra de Oliver Cox e George Padmore (Borda, 2018; Mattos, 2019), os dois oriundos de Trinidad, assim como James. Farias (2022) aproxima mais o pensamento de James e Moura num trabalho recente, mas não elabora mais profundamente a comparação entre a obra dos dois autores.¹ A literatura sobre Clóvis Moura é extensa também, incluindo abordagens com foco no quilombismo e aquelas que apontam para a relevância da obra do autor para a questão social no Brasil (Farias, 2019; Mesquita, 2003; Oliveira, 2011; Queiroz; Gomes, 2021; Rocha, 2020; Silva; Fagundes, 2022).

Os dois autores estão separados pela distância de uma geração, sendo pioneiros na historiografia dos levantes e organizações sociais das populações negras no Caribe e no Brasil. James nasceu em 1901, em Trinidad, onde foi educado, começando a ministrar aulas com 19 anos, e mudou-se para o Reino Unido, em 1932. Em 1938, ele entrou para a IV Internacional Comunista, aderindo ao trotskismo. Em 1958, James voltou a Trinidad e se envolveu na luta anticolonial, e, nos anos 1960, ele aderiu ao pensamento panafricanista. Depois de estadia na Universidade de Columbia nos Estados Unidos e um período no Reino Unido, nos anos 1970, ele retorna para Trinidad, em 1980, até o seu falecimento, em 1989 (Trubilliano, 2012). Junto com W. E. B. Du Bois, James é um dos mais importantes autores do pensamento negro marxista dos Estados Unidos no século XX. Ademais, seu estudo sobre os jacobinos negros reinstalou a revolução haitiana ao seu posto crucial na história das revoluções modernas (Marcussi, 2018).

Clóvis Moura nasceu em Amarante, no Piauí, em 1925. Trabalhando como jornalista, ele aderiu ao Partido Comunista Brasileiro em 1949, e depois filiou-se ao PCdoB, em 1962.

¹ “As formulações de James são decisivas para um salto qualitativo na análise sobre cultura e política feita por Clóvis Moura acerca da rebeldia negra” (Farias, 2022, p. 216).

Seu primeiro livro, *Rebeliões da Senzala*, foi uma contribuição essencial para tirar os quilombos da área do folclore e das lendas, enfatizando sua existência como característica estrutural das sociedades da escravidão atlântica, com foco no Brasil. Seus trabalhos posteriores, como *Sociologia do Negro Brasileiro* e *Brasil: as raízes do protesto negro*, aplicavam a mesma metodologia ao Brasil do século XX, estabelecendo uma estreita ligação entre a estrutura de classes e a divisão racial no Brasil.

BLACK JACOBINS

James inicia sua análise com as classes fundamentais de São Domingos, os trabalhadores escravizados, e o título do capítulo é chamado secamente de “A propriedade”. Logo nas primeiras páginas, James (2010, p. 26) demonstra que o tratamento dado aos trabalhadores escravizados envolvia todos os tipos de violência e estava longe de ser uma relação baseada apenas em uma pressão puramente econômica, como seria ideal de supor em relação aos trabalhadores assalariados:

O açoite era interrompido para esfregar um pedaço de madeira em brasa no traseiro da vítima; sal, pimenta, cidra, carvão, aloé e cinzas quentes eram deitadas nas feridas abertas. As mutilações eram comuns: membros, orelhas, e, algumas vezes, as partes pudendas para despojá-los dos prazeres aos quais eles poderiam se entregar sem custo. Seus senhores derramavam cera quente em seus braços, mãos e ombros; despejavam o caldo fervente da cana nas suas cabeças; queimavam-nos vivos; assavam-nos em fogo brando; enchiam-nos de pólvora e os explodiam com uma mecha; enterravam-nos até o pescoço e lambuzavam as suas cabeças com açúcar para que as moscas as devorassem; amarravam-nos nas proximidades de ninhos de formigas ou de vespas; faziam-nos comer os próprios excrementos, beber a própria urina e lamber a saliva de outros escravos.

James faz uma diferenciação quanto à questão de que os trabalhadores escravizados nascidos na África seriam menos dóceis do que os nascidos no Caribe, em várias pas-

sagens do livro. Além da grande maioria dos trabalhadores escravizados que trabalhavam nos campos, o autor menciona uma pequena minoria formada por “capatazes das turmas, cocheiros, cozinheiros, criados, arrumadeiras, enfermeiras, companhias femininas, e outros criados domésticos” que “desprezavam os escravos do eito” (James, 2010, p. 32-33). Alguns dos líderes da Revolução Haitiana, como Toussaint L’Ouverture, pertenciam a esse grupo. Em seguida, James menciona um terceiro grupo, os quilombolas que fugiram e criaram grupos que atacaram *plantations*, reuniram novos seguidores e envenenaram os brancos.

Entre o grupo oposto, chamado de “Os Proprietários” no próximo capítulo com esse nome, o autor destaca três grupos principais como beneficiários da escravidão: os proprietários de *plantations*, a burguesia francesa e a burguesia britânica. Os três estão conectados por uma rede econômica complexa. James (2010, p. 40) classifica os fazendeiros de São Domingos como os “mais importantes” entre os três grupos. Ligados a esses três grupos principais, estavam os membros da aristocracia francesa que haviam perdido o poder na França durante o absolutismo e que estavam presentes em São Domingos como administradores e oficiais do exército e que compunham a milícia. Entre a população branca de São Domingos, James menciona uma distinção comum entre os “brancos grandes”,² ou seja, fazendeiros, grandes comerciantes e os agentes mais ricos da burguesia marítima, e os “brancos pequenos”, representados por gerentes de *plantations*, fugitivos da justiça, vagabundos e outros brancos do submundo – geralmente pessoas de classe baixa cuja cor da pele os eleva a um estrato superior no contexto colonial: “Nenhum branco pequeno era serviçal; nenhum branco faria nenhum serviço que um negro pudesse fazer por

² Mantenho aqui a terminologia empregada por James: “big whites” e “small whites”. Na tradução de Afonso Teixeira Filho (James, 2010), a terminologia utilizada foi “brancos ricos” e “brancos pobres”, que oculta o fato de que uma parte dos “small whites” não era pobre, nem parte da elite. Quer dizer, nem todos os “small whites” eram pobres, e, por isso, optei por traduzir para “brancos grandes” e “brancos pequenos”.

ele”³ (James, 2010, p. 45). É para esse estrato de pequenos brancos que a raça os eleva acima de sua posição de classe objetiva, ou melhor, sua posição de classe foi afetada por sua posição nas hierarquias raciais: “Esse era o tipo para quem o preconceito racial era mais importante até mesmo do que a propriedade de escravos, que pouco possuíam. A diferenciação entre um homem branco e um homem de cor era para eles fundamental. Era tudo para eles” (James, 2010, p. 45). O mesmo fenômeno ocorreu com os mulatos de forma inversa, assunto sobre o qual James discorre mais tarde.

O terceiro grupo de brancos é a burocracia, composta por franceses continentais, em parte de ascendência aristocrática ou da burguesia. O autor observa a tensão entre os colonos e a burocracia: a última desprezava os brancos locais, que odiavam os burocratas arrogantes. Os pequenos brancos costumavam reclamar principalmente da milícia, enquanto o governo local estava em desacordo com esta, pois ela invadia áreas que eram vistas como questões da administração. No conflito recorrente entre os pequenos brancos e a milícia, os fazendeiros apoiavam firmemente a milícia. “Não era a origem baixa que justificava o ataque dos fazendeiros aos brancos pequenos [...] muitos desses brancos pequenos eram o populacho e não cumpriam nenhuma função importante na economia da colônia” (James, 2010, p. 47).

Agora, James trata dos grupos de homens de cor livres, que eram os mulatos livres e os negros livres. A estratégia dos colonizadores no período inicial era criar os mulatos como um estrato intermediário, como aliados dos colonizadores.

O Código Negro em 1685 autorizava o casamento entre o branco e a escrava que tinha filhos dele. O Código dava ao mulato livre e ao negro livre direitos iguais aos dos brancos. Mas, conforme a população branca aumentava, os brancos de São Domingos passavam a descartar aquele costume e tornavam a escravizar ou vendiam as suas numerosas crianças (James, 2010, p. 48).

³ Tradução modificada, ver nota de rodapé 2.

James explica que à medida que os mulatos começaram a se estabelecer como uma classe média com alguma propriedade, a legislação que os restringia e oprimia tornou-se cada vez mais severa. Os mulatos foram forçados a se juntar a uma força especial que prendia trabalhadores escravizados fugitivos e lutava contra os quilombolas e, após três anos de serviço na força especial, eles tinham que se juntar à milícia local.

O autor aponta as diferenças em relação ao colonialismo inglês: os mulatos podiam deter uma quantidade indefinida de propriedades em São Domingos – o que não era o caso no Caribe dominado pelos ingleses –, mas eram excluídos das forças armadas e de ocupações como direito, medicina e cargos públicos importantes. Eles continuaram a crescer em riqueza e número. Os mulatos, por sua vez, desprezavam os trabalhadores negros escravizados, resultando numa cascata de distinções: “o homem de cor que era quase branco desprezava o homem de cor que era apenas meio branco, que por sua vez desprezava o homem de cor que era um quarto branco e assim por diante, percorrendo todos os matizes” (James, 2010, p. 53). Os negros livres constituíam, então, um grupo bastante pequeno.

Os mulatos, portanto, apesar de sua relativa riqueza, sofriam com o racismo e permaneciam excluídos da sociedade branca, apesar de possuírem mais propriedades que os brancos pequenos. Assim, a solidariedade racial entre brancos grandes e pequenos veio antes da solidariedade de classe entre brancos com propriedades e mulatos – pelo menos no contexto específico descrito por James. Como no caso dos brancos pequenos, a posição na sociedade não era determinada exclusivamente pela classe.

É interessante notar que, nesse contexto, James faz uma longa citação do texto *18º Brumário* de Marx. Fornecerei a citação na íntegra aqui:

Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais da existência se eleva toda uma superestrutura de sentimentos, ilusões, modos de pensar e visões da vida distintos e configurados de

modo peculiar. Toda a classe os cria e molda a partir do seu fundamento material e a partir das relações sociais correspondentes. O indivíduo isolado, para o qual eles fluem mediante a tradição e a educação, pode até imaginar que eles constituem as razões que propriamente o determinam e o ponto de partida da sua atuação (Marx, 2011, p. 60).

A questão que James não levanta especificamente é a disjunção da posição de classe em termos de propriedade e comando sobre o trabalho e a posição nas hierarquias raciais, como no caso dos pequenos brancos e dos mulatos no Haiti. Ou, na medida em que o autor levanta a questão, ele não pergunta o que ela significa para a teoria de classes, como exemplificado pela citação de Marx acima. Os “sentimentos” dos pequenos brancos, como James demonstra, têm poucos “fundamentos materiais”, mas são efetivos em termos de um *status* social mais elevado do que o desfrutado pelos mulatos na época. Quais são as implicações dessa contradição entre posição de classe e *status* geral para a teoria de classes?

Temos de enfatizar que essas eram as relações sociais e políticas durante a ordem colonial. Como veremos, essa ordem sofrerá mudanças profundas com a Revolução Francesa e com a Revolução Haitiana. James enfatiza a contradição de que, por um lado, os brancos odiavam os mulatos como uma classe intermediária emergente e, por outro lado, foram os próprios brancos e o processo de colonização que levaram ao crescimento do grupo dos mulatos, eles próprios um produto das relações sexuais entre brancos e negros.

As relações sociais em São Domingos não se desenrolavam apenas na colônia, mas envolviam várias redes transnacionais. É a partir desse fato que James sugere interpretar os conflitos de interesse e contradições no interior dos grupos de elite: os colonos tinham um conflito de interesses com o governo francês, já que a colônia não podia participar do livre comércio, mas estava restrita à estrutura do mercantilismo: “quaisquer que fossem os bens manufaturados que os latifundiários ne-

cessitassem, eram obrigados a comprá-los da França” (James, 2010, p. 57). Semelhante aos colonos nos Estados Unidos (EUA) e, mais tarde, no Brasil, os colonos tinham como objetivo livrar-se da dependência da metrópole, pois ela restringia o crescimento econômico. Grandes e pequenos brancos estavam unidos contra a burguesia francesa. Nesse ponto, é interessante que o autor caracteriza a burguesia francesa como o grupo econômico mais poderoso da França “há muito tempo antes de 1789”,⁴ e afirma que “o comércio de escravos e as colônias eram a base da sua riqueza e do seu poder” (James, 2010, p. 57-58). É por essa razão que o controle político das colônias pelas forças da metrópole é essencial para os interesses da burguesia metropolitana.

James destaca que a maioria das indústrias que se desenvolveram no século XVIII na França baseava-se em mercadorias produzidas nas colônias ou em mercadorias vendidas para as colônias. O Haiti entrou em um período de expansão antes da revolução, dobrando a produção entre 1783 e 1789. Na França, a burguesia marítima, cujos lucros eram baseados na escravidão nas colônias, liderou a Revolução de 1789. O autor observa com sarcasmo que os fazendeiros de São Domingos estavam na vanguarda da agitação revolucionária quando a notícia da revolução de julho chegou à colônia. Isso permitiu que os fazendeiros tomassem o poder da administração real. James mostra como as antigas distinções raciais e de classe em São Domingos foram abaladas: os pequenos brancos aderiram à revolução e romperam com a burocracia, e esta tentou reunir os mulatos em seu apoio, o que foi um empreendimento bem-sucedido. Os pequenos e grandes brancos estavam ansiosos para confiscar as propriedades dos mulatos. Quando alguns mulatos fizeram exigências modestas, foram enforcados e, principalmente, os pequenos brancos começaram a aterrorizá-los. Depois que os brancos de

São Domingos se dividiram em três campos, todos eles tentaram negociar com os mulatos.

A população escrava de São Domingos estava se preparando para uma revolta em larga escala desde o início de 1791, e ela eclodiu em 22 de agosto daquele ano. James (2010, p. 91) escreve sobre os trabalhadores escravizados:

Trabalhando e vivendo juntos em grupos de centenas nos enormes engenhos de açúcar que cobriam a Planície do Norte, eles estavam mais próximos de um proletariado moderno do que qualquer outro grupo de trabalhadores daquela época, e o levante foi, por essa razão, um movimento de massas inteiramente preparado e organizado.

É interessante ver quem se juntou à mobilização: negros livres e jovens mulatos da principal cidade, Le Cap, e muitos padres, enquanto a maioria dos mulatos se ofereceu para servir no esmagamento da revolta, já que tinham como objetivo proteger suas propriedades. Cansados dos ataques dos pequenos brancos, os mulatos iniciaram uma revolta no oeste da ilha e fizeram uma aliança com os realistas e os brancos ricos do oeste contra os “patriotas” que representavam a Revolução Francesa. Isso levou a uma aliança dos ricos fazendeiros com os mulatos: contra os pequenos brancos, de um lado, e contra a revolução dos escravos no norte da ilha, de outro.

Os monarquistas ficaram mais fortes, pois a maioria dos fazendeiros brancos agora os apoiava, e sua estratégia era aliar-se aos mulatos enquanto o conflito com os patriotas não fosse resolvido, para então retornar à antiga ordem colonial. Depois de muitas idas e vindas, a Assembleia Legislativa de Paris concedeu plenos direitos políticos aos homens de cor em março de 1792. A burguesia marítima, ou seja, grandes proprietários de navios, comerciantes e negociantes, mudou de lado e apoiou a causa dos mulatos sob a impressão que a revolta dos escravos e as alianças entre realistas e mulatos causou. Mas ninguém ainda falava sobre a escravidão ou sua abolição.

As massas de Paris destituem o rei em agosto de 1792, e essas notícias chegam pos-

⁴ Tradução modificada, no original consta “Long before 1789” que significa “há muito tempo”, e a tradução de Afonso Teixeira Filho colocou “Pouco antes de 1789”.

teriormente a São Domingos no início de outubro, o que faz com que os mulatos apoiem a revolução que prevalece em São Domingos (James, 2010, p. 123). Sonthonax, representante da revolução, governa com a ajuda dos mulatos, enquanto os exércitos de ex-escravos negros fazem uma aliança com a coroa espanhola. Sonthonax declara a abolição da escravidão em 29 de agosto de 1793 (James, 2010, p. 128).

James faz duas avaliações desse período. Em primeiro lugar, a de que o preconceito racial anterior, especialmente entre os proprietários de *plantations* e os exércitos espanhol e inglês, quase desapareceu diante das lutas pelo poder desencadeadas pela Revolução Francesa, como demonstrado pelas alianças mutáveis que os mulatos e os ex-escravos negros conseguiram fazer. Ao mesmo tempo, o preconceito racial se fortaleceu entre os pequenos brancos que viram sua posição ameaçada, dadas as novas alianças. Outro comentário que o autor faz repetidamente sobre esse período é que, no final, os interesses de propriedade ou de classe prevaleceram: no oeste de São Domingos, onde os mulatos dominavam, eles restabeleceram a escravidão e ficaram furiosos com o decreto de abolição (p. 129). Essa tendência se fortaleceu durante o período em que os britânicos tentaram invadir a ilha e os fazendeiros e proprietários mulatos se aliaram aos britânicos porque esperavam poder restabelecer a escravidão dessa forma (p. 135).

James dá muita ênfase a Toussaint como o líder inquestionável de São Domingos que, desde 1798, detinha o poder, depois de ter mandado seu antigo parceiro francês Sonthonax de volta à França, expulsado as tropas inglesas da ilha e mandado expulsar um agente hostil do governo francês. Em seguida, houve uma guerra civil entre os negros, sob o comando de Toussaint, e os mulatos, sob o comando de Rigaud, vencida em 1800 pelo primeiro. James (2010, p. 213) cita o haitiano Pauléus Sannon sobre o conflito: “As rivalidades de cores não era então a causa inicial do conflito que estava começando. Ela o complicou e a dife-

rença de raça tornou-se um dos seus elementos”. James (2010, p. 213) interpreta o relato de Sannon: “Ele também vê com muita clareza que os mulatos são uma classe intermediária típica, com toda instabilidade política que lhe é peculiar”. James vê o conflito entre mulatos e negros em São Domingos claramente como um conflito de classe, no qual a raça entra como um fator complicador.

REBELIÕES DA SENZALA

Clóvis Moura descreve e trata separadamente as duas principais formas de resistência dos trabalhadores escravizados no Brasil. A primeira, a participação em revoltas gerais, principalmente durante o final do século XVIII e o início do século XIX; e a segunda, utilizada exclusivamente por eles: os quilombos. Estes últimos se constituíram como assentamentos independentes nos quais a escravidão havia sido abolida e a economia organizada de forma comunitária e igualitária. O autor ressalta que os quilombos surgiram em todo o Brasil e em todas as regiões onde se praticava a escravidão, portanto, não eram formações particulares ou especiais, mas, como ele enfatiza, parte integrante da sociedade escravista. Os quilombos tinham dois aspectos: aquele que Moura chama de “passivo”, ou seja, a fuga da escravidão e uma vida autodeterminada, e aquele que ele denomina de “ativo”, que eram os ataques a assentamentos de colonos. Esses ataques eram feitos em parte para garantir o fornecimento de alimentos, ferramentas, armas e outros materiais úteis, em parte para libertar trabalhadores escravizados e, em parte, com o objetivo de destruir assentamentos de colonos, suas *plantations* ou tomar as suas vidas.

Assim como James, Moura não afirma explicitamente que a escravidão fazia parte do capitalismo, mas implicitamente conceitua um modo de produção escravista no qual há senhores e escravos como dois polos da sociedade, uma relação social que ele opõe ao sistema capitalista.

Ao mesmo tempo, ele enfatiza repetidamente como os proprietários de escravos no Brasil estavam à mercê de dois grupos comerciais que eram amplamente capazes de ditar os preços das mercadorias vendidas pelos proprietários de escravos: primeiro, os traficantes de escravos e, segundo os comerciantes da Europa que compravam os produtos produzidos no sistema escravista:

O monopólio comercial da Metrópole determinava um nível de transição mercantil unilateral, pois a parte compradora era quem estabelecia os preços. Com isso, os senhores tinham de aceitar aquilo que lhes era imposto. Mas, por outro lado, o preço do escravo era estabelecido praticamente pelos traficantes ou por intermediários desses proprietários de navios negreiros (Moura, 1988, p. 263).

Dessa forma, o autor enfatiza a total subordinação da economia colonial à metrópole, o que também o leva a concluir que, no período em questão, não havia alternativa à escravidão no Brasil, exceto nas formas impostas pelos quilombolas.

Assim, dessa forma, os escravagistas serviam ao capitalismo, mas a escravidão em si não era uma relação capitalista. Moura cita Marx (1949, p. 91) a esse respeito:

Desde que os povos cuja produção se move ainda nas formas inferiores da escravidão e da servidão são atraídos pelo mercado internacional dominado pelo modo de produção capitalista e que, em decorrência, a venda dos seus produtos no estrangeiro se torna o seu principal interesse, desde esse momento os horrores do sobretrabalho, esse produto da civilização, vem se juntar à barbárie da escravidão e da servidão.

A ênfase que Moura dá aos quilombos se deve a dois aspectos: 1) nos primeiros 300 anos, aproximadamente de 1550 a 1850, os trabalhadores escravizados estavam sozinhos em sua resistência contra a escravidão e não podiam contar com aliados; 2) o surgimento dos quilombos foi o elemento dinâmico de uma sociedade dominada pela instituição da escravidão e contribuiu para a sua inviabilização econômica e política. Ao mesmo tempo, o

autor também enfatiza que o abolicionismo só se tornou um movimento das classes médias quando a produção baseada na escravidão começou a ser menos lucrativa e menos produtiva do que outras formas de produção, um processo que se desenrolou internacionalmente a partir do início do século XIX e começou a se fazer sentir no Brasil com mais força a partir de 1850. A chegada fragmentada das relações capitalistas no Brasil, a partir do início do século XIX, também gerou novas camadas e grupos na sociedade que começaram a se mobilizar nas revoltas do início do século XIX, nas quais os trabalhadores escravizados tiveram um papel às vezes menor e às vezes maior. Essas camadas e grupos se juntaram a essas revoltas com suas próprias demandas e meios de luta. Moura enfatiza que as relações capitalistas foram, em sua maioria, impostas ao Brasil de fora, sob a liderança da Inglaterra, o que impediu um desenvolvimento independente do capitalismo no Brasil. E os trabalhadores das novas indústrias emergentes no Brasil frequentemente se engajavam contra a escravidão e ajudavam os trabalhadores escravizados que fugiam. Um exemplo é o dos trabalhadores ferroviários que estabeleceram uma rede para esconder pessoas que fugiam da escravidão.

Em *Rebeliões da Senzala*, o autor desenha a contradição no emprego da escravidão pelas potências capitalistas emergentes da Europa: “em outras palavras, a escravidão era explorada pelas metrópoles sem que, nos seus sistemas de estratificação social locais, se verificasse esse tipo de trabalho” (Moura, 2020, p. 83). A existência da escravidão nas colônias facilitou o desenvolvimento do capitalismo industrial na metrópole – Moura (2020, p. 83) usa a metáfora da escravidão como sendo o cimento dos alicerces da sociedade capitalista, de modo que “a escravidão, durante um período de tempo relativamente longo, foi um dos seus elementos mais importantes”.

O autor afirma que, no final, foi a resistência múltipla dos trabalhadores escravizados em rebeliões urbanas e na forma de quilombos

que levou à substituição da escravidão pelo trabalho livre – e, dessa forma, os quilombos assumiriam o papel que a burguesia teria assumido na Europa na transição para o capitalismo. Mas os movimentos de resistência negra não foram capazes de exercer hegemonia sobre esse processo de transição. Moura também ressalta o caráter dependente da economia brasileira, portanto, tanto as elites estrangeiras quanto as nacionais conduziram o processo de transição da escravidão para o capitalismo no Brasil, resultando na marginalização da população negra, que o autor analisa em trabalhos posteriores.

Assim, o resultado paradoxal do processo abolicionista é que os movimentos de resistência negra desempenharam um grande papel para sua ocorrência, aumentando a pressão econômica, política e psicológica sobre o sistema escravista, no entanto, ao mesmo tempo, a lenta dissolução da escravidão, que começou antes da abolição em 1888, levou a uma dispersão espacial da população negra, o que também dificultou a organização da resistência pós-abolição.

DEBATE: a dupla articulação de raça e classe

Ao analisar as abordagens de James e Moura, é interessante notar as diferenças e semelhanças. Ambos os autores destacam o grau de dependência das economias coloniais em relação à dinâmica econômica da pátria europeia, mas James se concentra muito mais na dependência da França em relação à economia haitiana, que sustentava cerca de 5 ou 6 milhões de trabalhadores franceses, de acordo com suas estimativas. E, embora Moura também inclua em sua análise a coroa portuguesa e suas decisões sobre a escravidão, ele dá menos espaço aos debates políticos em Portugal.

Em segundo lugar, ambos os autores se referem amplamente a uma estrutura marxiana, mas colocam o relato histórico em primeiro

plano, de modo que não há muita teorização explícita. No entanto, James usa o termo “classe” para os grupos opostos em economias baseadas na escravidão, o que não acontece com Moura. Este se refere várias vezes ao termo “modo de produção escravista” – e uma vez chama os escravos de “casta” –, sugerindo, assim, a ideia de uma formação social que apoia o capitalismo na metrópole, mas que não é capitalista em si.

Em terceiro lugar, James analisa com mais profundidade a posição ambivalente dos mulatos, que se deve à sua posição diferente no contexto do Haiti e do Brasil: os mulatos puderam adquirir propriedades no Haiti durante o período colonial e tinham mais direitos do que nos sistemas britânicos de escravidão, e se tornaram uma classe intermediária no melhor sentido após a Revolução Francesa, que restabeleceu a escravidão na economia das *plantations*. O sistema muito mais hierárquico no Brasil nunca permitiu uma posição tão avançada para os mulatos e, portanto, Moura não gasta muito tempo analisando o papel deles. Ele cita um documento histórico segundo o qual os mulatos seriam contados como parte da população branca (Moura, 2019, p. 277), em oposição à população negra, mas não se aprofunda muito na questão. Os brancos “pequenos” também não aparecem muito em seu relato, novamente devido à diferente composição racial e de classe no Brasil.

Em ambos os relatos, os trabalhadores escravizados representam claramente a parte mais dinâmica e combativa da população, que se envolve em uma guerra militar contra os proprietários de escravos – a única opção disponível para eles. Mas, como pode ser visto no relato, devido às divisões na elite branca introduzidas pela Revolução Francesa, as negociações entre exércitos de ex-trabalhadores escravizados e diferentes grupos da elite eram muito mais frequentes em São Domingos.

Portanto, Moura afirma uma estrutura de classe muito mais simples para o caso brasileiro do que James para o haitiano. Outros

grupos e categorias, além dos proprietários de escravos e dos trabalhadores escravizados, não ocupam muito espaço no relato de Moura, e os trabalhadores urbanos, os negros livres e os artesãos entram em cena em seu relato a partir do final do século XVIII, com as revoltas populares que precederam a abolição, como a Revolta dos Alfaiates na Bahia, em 1798/1799; as revoltas em Pernambuco, em 1817 e 1823; a revolta na Bahia, em 1837; e a República de Piratini, em 1836, no Rio Grande do Sul. Em todas essas revoltas, os trabalhadores escravizados conseguiram fazer alianças com outros grupos. Em alguns casos, eles eram os participantes mais militantes, mas dificilmente conseguiam exercer a hegemonia política nessas revoltas. No entanto, devido à sua participação, a abolição e a igualdade racial eram frequentemente incluídas na lista de reivindicações – e às vezes eram retiradas em um estágio posterior.

James apresenta, para o caso da São Domingos colonial antes da Revolução Francesa, um modelo formado por basicamente quatro grupos principais: os grandes brancos, os pequenos brancos, os mulatos e os trabalhadores escravizados. Durante o período colonial, apenas os grandes e pequenos brancos fazem parte da elite, mas a Revolução Francesa irá embaralhar esse quadro, uma vez que as novas conformações farão com que as formações político-militares dos antigos trabalhadores escravizados façam alianças com os monarquistas e, mais tarde, com os republicanos, e os mulatos entrem em alianças semelhantes. James tende a destacar que, devido às estruturas de poder mais fluidas em São Domingos, após a Revolução Francesa, a classe começa a ter precedência sobre a raça, enquanto durante a ordem colonial, a raça era o critério predominante na hierarquia social.

A situação retratada por Moura para o Brasil é um pouco diferente, pois neste, pelo menos de 1550 até o século XIX, a estrutura de classes era mais ou menos idêntica à divisão racial, ou pelo menos o autor não menciona conflito de interesses significativo entre os

brancos que, segundo ele, começaram a surgir a partir do final do século XVIII: estes são frequentemente protestos de brancos proprietários contra impostos ou outras regulamentações da coroa portuguesa, mas também protestos populares, como a revolta da Bahia em 1798, que, sob a influência da revolução haitiana, exigiu impostos mais baixos, salários mais altos para os soldados, liberdade de comércio, governo democrático e a abolição da escravidão.

Ao mesmo tempo, os quilombos eram um fenômeno tanto no Haiti quanto no Brasil desde o início da escravidão. É interessante notar que ambas as sociedades, Haiti e Brasil, começaram a ver mobilizações que iam além do quilombismo ao mesmo tempo, no final do século XVIII. Mas, devido às diferentes relações com a metrópole com a Revolução Francesa oferecendo outros tipos de alianças, o que não ocorria de parte da monarquia portuguesa, os eventos tomaram um rumo diferente em ambos os países – a elite branca no Brasil nunca esteve tão ameaçada quanto a elite branca em São Domingos/Haiti.

É óbvio que ambas as economias assentadas na escravidão, no Haiti e no Brasil, foram essenciais para as economias europeias no fornecimento de matéria-prima. Moura tende a analisar a escravidão moderna como um produto do colonialismo europeu que abriu caminho para a consolidação do capitalismo e só mais tarde se tornou supérflua, quando o aprimoramento das tecnologias permitiu a produção de bens com base no trabalho livre assalariado a um preço mais barato em comparação com a produção assentada na escravidão, que continuou a usar meios simples de produção na maioria dos casos. Se a escravidão em si era de natureza capitalista ou não, não é decisivo para a função que ela tinha – a questão não é abordada explicitamente nem por James nem por Moura, mas também não é relevante para a análise dos movimentos dos trabalhadores escravizados.

A forma como os conflitos sociais se desenrolaram no Brasil e no Haiti nos séculos XVIII e XIX teve consequências em suas tra-

jetórias posteriores. No Haiti, a elite branca nunca conseguiu se estabelecer novamente, o país permaneceu altamente dependente economicamente dos países imperialistas, tornou-se uma colônia dos EUA, na primeira metade do século XX, e continua sendo um dos países mais pobres do mundo – atualmente, no momento que escrevo, em março de 2024, à beira de uma nova revolução ou, pelo menos, em uma grave crise política. Embora a dominação interna dos brancos tenha terminado no Haiti, o país continua dominado, de fora, pelo imperialismo, cujos interesses foram responsáveis por remover um presidente progressista, Aristide, na década de 1990. Embora o fim da dominação da supremacia branca no interior do país ainda seja uma conquista notável, a burguesia compradora, composta por uma elite negra, continua com um governo autoritário e a posição do país na economia global está deixando as massas no Haiti pobres e exploradas.

No Brasil, a elite branca nunca esteve seriamente ameaçada, e a imigração da Europa criou uma população de reserva da classe média e da classe trabalhadora branca que, em geral, está em melhor situação do que a esmagadora maioria das populações pardas e pretas. O diagnóstico feito por Clóvis Moura de que a abolição foi o ponto de partida para a marginalização da população negra no Brasil não é apenas adequado para o período em que ele o aplicou, mas continua a descrever a realidade política e social no Brasil, apesar dos importantes avanços que foram feitos no século XXI. O Brasil continua a ser uma das potências econômicas mais importantes do mundo, mas com uma distribuição extremamente desigual de recursos, posse da terra, renda, propriedade e acesso à infraestrutura, como transporte, serviços de saúde e educação.

As análises de James e Moura mostram que classe e raça conformam uma dupla articulação. Há uma articulação interna em nível nacional. Enquanto no Haiti a classe dominante local, embora muito menos poderosa do que a do Brasil, é formada por negros, no Brasil, as

elites permaneceram majoritariamente brancas. Mas há também a articulação internacional de raça e classe, e esse é o ponto em que o imperialismo, os efeitos tardios do colonialismo e as trocas desiguais entram em cena: tanto a economia brasileira quanto a haitiana são altamente dependentes da demanda externa, e é essa estrutura de dependência que torna mais difícil para as forças populares ganharem espaço e adquirirem uma parte mais justa na distribuição da riqueza nacional – as elites em ambos os países, independentemente da cor da pele e da posição na hierarquia racial, não formam uma burguesia nacional e a troca desigual continua a drenar recursos das economias nacionais, agora ampliada no Brasil por bancos privados nacionais e internacionais. É a partir da caracterização como populações de formações sociais nacionais dependentes que a articulação de raça e classe se faz presente hoje, para além das hierarquias raciais internas, que continuam relativamente inalteradas no Brasil.

Recebido para publicação em 15 de março de 2024
Aceito em 20 de agosto de 2024

REFERÊNCIAS

- BORDA, Erik Wellington Barbosa. *Prisma de formação caribenha: a produção social de uma consciência oposicional em C. L. R. James e Oliver C. Cox*. 2018. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Departamento de Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9895>. Acesso em: 24 nov. 2024
- CORREA, Rubens Arantes. Jacobinos negros: narrativa e interpretação da revolução haitiana em C.L.R. James. *Revista Eletrônica Trilhas da História*, Três Lagoas, v. 12, n. 23, p. 227-243, 2022.
- FARIAS, Márcio. *Clóvis Moura e o Brasil: um ensaio crítico*. São Paulo: Dandara, 2019.
- FARIAS, Marcio. James na mira do Brasil: o internacionalismo negro na luta contra o capital. *Revista Fim do Mundo*, Marília, v. 3, n. 8, p. 210-222, 2022.
- JAMES, C. L. R. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. Tradução de Afonso Teixeira Filho. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARCUSSI, Alexandre Almeida. O anticolonialismo como tragédia: “Os jacobinos negros” entre a história e a política. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 19, n. 30, p. 95-122, 2018.

- MARX, Karl. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl. *Le capital*: II. Paris: A. Costes, 1949.
- MATA, Iacy Maia; DOMINGUES, Petrônio. Tradição negra radical e marxismo: C. L. R. James e a Revolução de São Domingos. In: MARTUSCELLI, Danilo Enrico; SILVA, Jair Batista da (org.). *Racismo, etnia e lutas de classes no debate marxista*. Chapecó: Dos Autores, 2021.
- MATTOS, Pablo de Oliveira de. George Padmore e C.L.R. James: a invasão da Etiópia, pan-africanismo e a opinião africana internacional. *Revista de Teoria de História*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 137-176, 2019.
- MESQUITA, Érika. Clóvis Moura e a sociologia da práxis. *Estudos afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, ano 25, n. 3, p. 557-577, 2003.
- MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas*. 6. ed. São Paulo: Anita Garibaldi, 2020.
- MOURA, Clóvis. *Sociologia do negro brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O quilombismo*. 2. ed. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2002.
- NESBITT, Nick. *The price of slavery: capitalism and revolution in the Caribbean*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2022.
- OLIVEIRA, Fábio Nogueira de. Modernidade, política e práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. *Plural*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 45-64, 2011.
- QUEIROZ, Marcos; GOMES, Rodrigo Portela. Hermenêutica quilombola de Clóvis Moura: teoria crítica do direito, raça e descolonização. *Revista Culturas Jurídicas*, Niterói, v. 8, n. 20, p. 733-754, maio/ago. 2021.
- ROBINSON, Cedric. *Marxismo negro: a criação da tradição radical negra*. São Paulo: Perspectiva, 2023.
- ROCHA, Gabriel dos Santos. Rebeliões da senzala de Clóvis Moura: uma abordagem histórica da luta de classes no Brasil. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-SP, 25., 2020, São Paulo. *Anais eletrônicos* [...]. São Paulo: ANPUH, 2020. Disponível em: https://www.encontro2020.sp.anpuh.org/recursos/anais/14/anpuh-sp-erh2020/1588776606_ARQUIVO_249f1667161be24b63b68818162c74a7.pdf. Acesso em: 24 nov. 2024
- SILVA, Sandra Regina Vaz da; FAGUNDES, Gustavo. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 25, n. 2, p. 222-231, 2022.
- SILVA, Tiago Hilarino Christophe da. Um marxista caribenho: o pensamento e a práxis de Cyril Lionel Robert James. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: PODER, VIOLÊNCIA E EXCLUSÃO, 19., 2008, São Paulo. *Anais* [...]. São Paulo: ANPUH, 2008. Disponível em: <http://legacy.anpuh.org/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Paineis/Tiago%20Hilarino%20Christophe%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2024
- TRUBILIANO, Carlos Alexandre Barros. Os jacobinos negros. *Albuquerque: revista de História*, Campo Grande, v. 4, n. 7, p. 225-230, jan./jun. 2012.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.
- ZANIN, Valter. Introdução à obra e à vida de C.L.R. James, ou da atualidade da revolução como realização do indivíduo social. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 58, p. 195-225, ago. 2020.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA:

Jörg Nowak – Escrita - esboço original; Escrita - revisão e edição; Visualização; Validação; Supervisão; Recursos; Administração do projeto; Metodologia; Investigação; Análise formal; Conceitualização.

Jörg Nowak – Professor em Economia Política Internacional, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília (UnB). Anteriormente era professor visitante na Faculdade UnB Planaltina (FUP), de 2020 até 2023, foi bolsista de Marie Curie na University of Nottingham, UK e professor visitante em Estudos de Desenvolvimento na City University of Hong Kong. Tem doutorado em Ciência Política, na Universidade de Kassel, Alemanha. É autor do livro: *Mass Strikes and Social Movements in Brazil and India* (2019, Palgrave)

**CLASS ANALYSIS AND BLACK RESISTANCE
IN BLACK JACOBINS AND REBELIÕES DA
SENZALA***Jörg Nowak*

This text engages with the works of two authors who analyse resistance of enslaved peoples in the Americas, C. L. R. James, who analyses the Haitian Revolution and Clóvis Moura who analyses revolts and political movements by enslaved peoples in Brazil. The article analyses how both authors analyse the strategies and alliances that enslaved workers deploy, and how their analyses differ according to the specific constellations in the country they analyse. The analyses of James and Moura allow to trace different forms of how class and race are articulated as structural moments of capitalism, and how this plays out on the national and the international level.

KEYWORDS: Class. Race. Slavery. Brazil. Haiti.

**ANALYSE DE CLASSE ET RÉSISTANCE NOIRE
DANS BLACK JACOBINS ET REBELIÕES DA
SENZALA***Jörg Nowak*

Ce texte s'intéresse aux travaux de deux auteurs qui analysent la résistance des peuples asservis dans les Amériques, C. L. R. James, qui analyse la révolution haïtienne, et Clóvis Moura, qui analyse les révoltes et les mouvements politiques des peuples asservis au Brésil. L'article analyse comment les deux auteurs analysent les stratégies et les alliances que les travailleurs asservis déploient, et comment leurs analyses diffèrent selon les constellations spécifiques du pays qu'ils analysent. Les analyses de James et de Moura permettent de retracer les différentes formes d'articulation de la classe et de la race en tant que moments structurels du capitalisme, et la manière dont cela se produit au niveau national et international.

MOTS-CLÉS: Classe. Race. Esclavage. Brésil. Haïti.